

# Palavras Proibidas

**PÁGINA 6**

Marca de regimes anti-democráticos, a censura a livros tem sido cada vez mais presente



Foto: Gabriela Venzke

## LEIA TAMBÉM

■ População tomou as ruas no #3J, ecoando a força da pressão popular

**PÁGINA 10**

■ Grupo Tholl se reinventa para persistir em tempos de isolamento social

**PÁGINA 4**

# Vamos em frente!

A ADUFPel, seção sindical do ANDES-SN, comemora 42 anos com a posse da sua vigésima segunda diretoria. Muita coisa mudou desde 1979, mas a força coletiva docente se reinventa diante de novas/velhas ameaças à universidade pública e aos direitos da classe trabalhadora.

“O momento exige ousadia”, disse Regiana na Assembleia Geral ocorrida no dia 19 de junho, em nome da nova diretoria, e acrescentou: “consideramos prioritária a valorização da ciência, da arte, da cultura e da ecologia em paralelo ao combate de todos os tipos de preconceito, discriminação e opressão”.

O agravamento da crise estrutural mundial do capi-

tal e as suas repercussões sobre nosso país já expressam sinais de proximidade com o limiar da barbárie, agora combinados com a pandemia e sob influência de um governo antissocial, que despreza a vida e orienta ataques aos serviços públicos, incluindo Saúde e Educação, colocando em risco a própria existência da universidade pública brasileira.

Evidências de que foi deliberada uma política de morte são cada vez mais eloquentes e vão desde a negação da vacina até os cortes de verbas da UFPel, passando pelo criminoso agravamento das condições de trabalho e das desigualdades sociais.

Isto tudo não é normal e não pode ser naturalizado.

Mesmo com a necessi-

dade do distanciamento social a população identificou acertadamente a necessidade de ir às ruas para dar um basta no genocídio e exigir os seus direitos. Muitas/os professoras/es estiveram nas ruas, ombro a ombro com os movimentos sociais, nos atos dos dias 29 de maio, 19 de junho e julho, em Pelotas, no país e em várias cidades importantes mundo afora.

ADUFPel-SSind. esteve presente com bandeiras, faixas, cartazes, muitos sindicalizados e observando protocolos rígidos de cuidados com a saúde dos participantes.

A gravidade do momento exige avançar.

Exige que seja ampliado o chamamento à organização e à luta.



**Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPel - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPel) . Tiragem: Digital (excepcionalmente durante a pandemia de COVID-19)**

**Redação:** Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e Andriolli Costa (MTB 896/MS) - Diagramação: Andriolli Costa. Capa: Andriolli Costa. [adufpel.org.br](http://adufpel.org.br)

**Presidenta:** Regiana Blank Wille  
**Primeiro Vice-Presidente:** Luiz Henrique Schuch  
**Segunda Vice-Presidente:** Valdelaine da Rosa Mendes  
**Secretária Geral:** Celeste dos Santos Pereira  
**Primeira Secretária:** Elaine da Silva Neves  
**Segundo Secretário:** Diogo Franco Rios  
**Primeiro Tesoureiro:** Henrique Andrade Furtado de Mendonça  
**Segunda Tesoureira:** Beatriz Fanchini  
**Terceiro Tesoureiro:** Júlio César Emboava Spanó

**Contato:** secretaria@adufpel.org.br / (53) 98405-3726  
 Colaborações e sugestões para o jornal: imprensa@adufpel.org.br  
 Endereço: Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . Cep: 96015-190 .

**ATENDIMENTO EXTERNO:** suspenso durante pandemia de COVID-19. Procure a ADUFPel-SSind por meios digitais das 8h às 12h e das 14h às 18h.

## MURAL

# Docentes tratam de normativas do trabalho e encaminham documento à reitoria

A regulamentação das atividades de ensino, referente ao semestre letivo 1/2021, e suas implicações à categoria voltaram a ser pautadas em 11 de junho, quando, em Assembleia Geral (AG), docentes discutiram o Parecer Normativo (PN) nº 49 do Cocepe, de 27 de maio, e a Portaria nº 965, de 7 de junho de 2021.

Na ocasião, a professora da Faculdade de Educação (FAE) e atual diretora da ADUFPEL, Valdelaine da Rosa Mendes, apresentou uma análise dos pontos considerados mais problemáticos, o que resultou em um intenso debate e uma série de apontamentos.

O conteúdo levou professores e professoras a posicionarem-se desfavoráveis aos dois textos, a deliberar por solicitar audiência com a reitoria da UFPel e por constituir uma comis-

são para elaborar um ofício com o posicionamento da Assembleia, que foi enviado à administração central e aos Conselhos Superiores da Universidade no dia 28 de junho.

Tanto o Parecer quanto a Portaria possuem questões que devem ser observadas de maneira crítica, segundo os docentes, pois englobam mudanças profundas que fragilizam ainda mais o trabalho.

Uma delas é o Artigo 2º, onde a palavra "obrigatoriamente" aparece como novidade e acende um alerta. Ao tratar da forma de oferta das atividades síncronas, o texto exige que a apresentação de conteúdo nas aulas deve, obrigatoriamente, ser gravado, visando posterior acesso assíncrono pelos discentes. A gravação, nesse caso, não ocorreria somente se fosse impossibilitada por "motivos técnicos".

Se não bastasse a obrigatoriedade de gravar as aulas, a Portaria 965 estimula o denunciamento nas relações universitárias sobre condutas acadêmicas. O artigo 7 estabelece: "É dever de todo cidadão que circula nos campi da Universidade fiscalizar o cumprimento das regras aqui expostas e para casos de identificação de irregularidade, utilizar o canal da e-ouv para denúncias".

Outro ponto a ser levado em consideração é a inexistência de discussão com a comunidade acadêmica. Conforme alertado por Valdelaine, o parecer foi imposto pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (Cocepe), sem qualquer debate prévio, assim como a Portaria 965. "Se fossem propostas, estaríamos mais amparados para fazer a discussão", salientou. Ainda ressaltou: "Ambas têm

o caráter de alteração profunda do nosso trabalho, um caráter intimidatório".

Para a presidente da ADUFPEL, Regiana Wille, ambos os documentos possuem um teor preocupante e devem ser avaliados de forma conjunta. "Primeiro porque trazem mudanças profundas ao nosso trabalho, segundo porque foram aprovados sem o devido debate e diálogo com a comunidade acadêmica e, ainda, em terceiro, por seu caráter intimidatório, o que é extremamente grave. Numa universidade pública, onde os nossos dirigentes são eleitos pela comunidade, as decisões deveriam ser tomadas em instâncias cujas representações deveriam nos ouvir".

Acesse o documento produzido pelos docentes em nosso site ([www.adufpel.org.br](http://www.adufpel.org.br)) e acompanhe os desdobramentos.



Por ocasião do aniversário de 42 anos da ADUFPEL, nossa equipe produziu um vídeo de homenagem à SSind, exibido durante a posse da nova diretoria. O vídeo contém depoimentos em áudio de Ceres Maria Torres e Luiz Henrique Schuch pela ADUFPEL, José Luiz Moraes (RádioCom), Rivânia Moura (ANDES-SN), André Rosa Martins (Sindoif), Tatiane Rodrigues (SIMP), Renato Della Vechia (Instituto Mário Alves), Rúbia Vogt (ANDES-SN/UFRGS), Cátia Mello Alano (Sinasefe-IFSul) e Maria Tereza Fujii (ASUFPEL-Sindicato). Clique ao lado para assistir.



# A arte não pode parar

## Grupo Tholl se reinventa na pandemia

A pandemia atingiu em cheio o setor cultural brasileiro, sendo um dos que mais sofreram com o impacto das restrições impostas pelo novo coronavírus, que impossibilitaram a realização de projetos, dificultaram a manutenção de postos de trabalho e a garantia de renda daqueles que vivem da arte.

Neste cenário, as artes cênicas foram as mais afetadas, com perda total de receita para 63% dos profissionais, segundo levantamento da Unesco, afetando a maioria dos artistas que atuam na área de circo (77%), em casas de espetáculo (73%) e no teatro (70%).

Se antes a cultura já sofria com falta de investimentos e tentativas de desmonte, a situação tornou-se crítica a partir de 2020. Devido às restrições e ao contato com o público reduzido, a alternativa foi pensar em maneiras de

se adaptar à nova realidade.

Com a criatividade inerente de todo artista, o Tholl foi um dos que se reinventou. A trupe circense de Pelotas e Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul - após ter ficado cinco meses sem se apresentar ao público no início do ano passado - driblou as dificuldades e se reorganizou para continuar levando arte e magia à população.

O grupo passou a realizar lives e shows em drive-in, seguindo todos os protocolos de segurança. O aplauso caloroso da plateia se transformou em buzinas e faróis piscando, conforme relata o diretor do Grupo Tholl - OPTC (Oficina Permanente de Técnicas Circenses), João Bachilli. O contato mais próximo de um público que os artistas têm atualmente é com a equipe técnica, nos bastidores.

João agradece por ter a

oportunidade de continuar trabalhando, mas salienta que a interação com os espectadores faz muita falta. “É muito legal, mas não tem o respirar junto, sentir a plateia pertinho de ti, reagindo a tudo que acontece no palco. (...) É nessa tristeza que a gente fica, de olhar um teatro e não poder estar lá naquele palco. O Tholl é contato.”

### Cuidados rigorosos

A organização de eventos como estes, segundo Bachilli, é até mesmo mais exaustiva pela necessidade de cuidados sanitários, fundamentais neste momento. “A gente tem que estar antenado, ligado. O nosso elenco é muito jovem e são pessoas extremamente afetivas. E a gente tem que estar sempre em um controle muito grande com eles”.

No caso do Tholl, é fundamental que as cerca de 90 pessoas que fazem parte do

grupo mantenham-se ativas, por usarem o corpo como instrumento de trabalho e por serem artistas de alta performance. Por isso, um sistema de ensaios por cenas foi elaborado e tem dado certo até então.

Para poderem estar juntos, o diretor conta que todos estão mais que isolados, isto é, “ilhados” em suas residências, brinca. O único trajeto que fazem é de suas casas ao Centro de Treinamento. Essa esquematização e o cuidado redobrado têm garantido, até o momento, a segurança dos integrantes.

Além do isolamento rígido, o uso de máscaras também tem sido obrigatório durante ensaios e apresentações em conjunto. “Eles trabalham aeróbico, exercícios, acrobacias, e com máscara é muito difícil, mas eles são muito guerreiros e estão conseguindo. Os primeiros dias

foram muito difíceis.” Bachilli ainda enfatiza: “A gente acredita muito na ciência e é totalmente contra os charlatanismos, os achismos. A gente faz o que a ciência diz que é para fazer”.

### Rede de apoio

A intensidade do trabalho reduziu, mas a união do grupo permanece tão forte quanto antes. Além de apoiar-se entre si em momentos de dificuldades, a trupe circense também organizou um Festival Solidário no dia 13 de junho para ajudar outros artistas do município. A ação, em formato de drive-thru, marcou o encerramento do 3º Festival de Circo de Pelotas, que acontecia online desde o dia 18 de maio.

Diante das incertezas que rondam o setor cultural de todo o país e das adversidades enfrentadas pelas pessoas que integram esse segmento, foram arrecadados alimentos não perecíveis, leite e cobertores para doar a artistas locais (atores, músicos e até mesmo aqueles que estão nos bastidores) e moradores da região da Balsa. De acordo com o Mapa Cultural de Pelotas, a cidade conta com pelo menos 950 artistas registrados, sem considerar aqueles que não possuem cadastro na Prefeitura.

### Trabalho constante

Os projetos do Tholl não param. São eles, os espetácu-

los, apoiadores e associados que mantêm o grupo durante a pandemia, ou seja, com frutos do seu próprio trabalho. A trupe também foi contemplada pela Lei Aldir Blanc, do Governo do Estado.

Há pouco tempo, durante o Festival de Circo, organizou oficinas online para multiplicadores, pois, conforme explica Bachilli, o aprendizado e a evolução precisam continuar. Delas, participaram professores de altíssimo nível, como do Cirque du Soleil e da Escola Nacional de Circo.

O grupo está sempre pensando no futuro e tem articulado, também, desde antes da pandemia, um projeto que objetiva ofertar aulas para um número grande de crianças, propiciando o ensino de diversas modalidades de circo e culminando em uma apresentação. “Estamos aguardando que flexibilize mais e tenhamos condições para realizar esse projeto lindo”, confidencia o diretor.

João também conta que estão planejando a montagem de um espetáculo chamado “Kaiumá, a fronteira”, guardado a sete chaves há muito tempo. O número irá tratar de preservação ambiental e ecologia, e para a montagem serão utilizadas lendas indígenas como pano de fundo. Segundo ele, “é um grito de alerta de como a natureza e cada ser vivo é importante para a nossa própria

existência”. A expectativa é de que possam anunciar em setembro a data de estreia, se a situação do país permitir.

### Ataques à cultura

Não é de hoje que a cultura tem sido alvo de diversos ataques, mas no governo Bolsonaro isso intensificou-se, a começar pela extinção do Ministério da Cultura em 2 de janeiro de 2019, transformando-o em uma Secretaria subordinada ao Ministério da Economia.

As constantes tentativas de desmonte são vistas com indignação por Bachilli, que a utiliza como instrumento para o fortalecimento da resistência. “Nunca vão conseguir [acabar com a cultura] porque ela só se fortalece com tudo isso. Ela é o combustível para a gente vir com mais força ainda, com novas ideias e com poder crítico, que é o que assusta esse pessoal. A cultura mete medo, a arte mete medo, porque faz pensar, faz refletir.”

O Tholl, nos seus 20 anos de trajetória, passou por muitos governos e sentiu diretamente cada mudança em relação à gestão do setor de entretenimento ao longo dos anos. E, de acordo com João, a situação começou a decair no governo Temer, culminando, agora, no que ele pensa ser “uma falta de respeito, um absurdo”.

Não bastando as reduções de verbas para a pasta de cul-

tura, o governo tem trabalhado para criminalizar o artista, sem considerar os benefícios à economia e o sustento a muitas famílias.

“Cultura não é lazer para quem faz, é trabalho. É que é tão gostoso, tão prazeroso, que acaba aparecendo, mas não é. É porque a gente faz com amor, tendo ou não dinheiro. É isso que difere, mas é um trabalho como qualquer outro. Teve, em uma época, uma crítica ferrenha de um segmento aqui de Pelotas, que dizia que não gostava do grupo porque o Tholl ganha dinheiro. Mas as pessoas vão se vestir, comer e pagar o aluguel com o quê? Com amor? Mas com o tempo isso foi se desmistificando”.

Uma melhoria no cenário, conforme aponta, virá somente quando houver um governo que respeite a cultura e a arte de forma digna. “A arte gera muito trabalho. Se não me engano, o entretenimento, em geral e seus segmentos, é o terceiro maior gerador de empregos. Por trás de uma produção, o que a gente contrata de gente, gera trabalho para pessoas de vários segmentos quando vai montar um espetáculo, é muito grande. Quando tiver o respeito que precisa ter, vai melhorar de novo, mas a cultura nunca vai acabar, porque sempre vai ter um espaço onde o artista vai se manifestar”.



## Para escutar



João Bachilli foi o entrevistado do episódio 82 do podcast da ADU-FPel, o Viração. Nesta conversa, ao longo de quarenta minutos, ele expande as discussões presentes nesta matéria, lançando os olhos - através de sua trajetória - para entender

passado, presente e futuro do grupo.

A arte durante a pandemia também pautou os episódios 70, com Cid Branco, e 65, com a professora Vanessa Caldeira Leite que tratou de arte como respiro durante a pandemia.

[OUÇA O PODCAST](#)



Créditos: Fundação Palmares

Livros na capa do relatório da Fundação Palmares

# Livros Indesejáveis

## Censura e perseguição ideológica a obras literárias são marcos anti-democráticos

Estímulo à delinquência, à perversão, ao comunismo. Quando se fala em censura a livros, as palavras-chave se tornam recorrentes e familiares, rasgando o tecido da história. Poderíamos estar na Salvador de 1937, quando militares queimaram, a mando de Getúlio Vargas, 1827 livros “propagandistas do credo vermelho”. Ou quem sabe nos primeiros anos da ditadura de 1964, quando o ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, organizava pessoalmente o expurgo de bibliotecas, queimando livros de Darcy Ribeiro e Paulo Freire a Sartre e Eça de Queiroz.

Estamos, todavia, em 2021. Ano em que a Fundação Cultural Palmares, primeira instituição federal dedicada à proteção, preservação e promoção da cultura negra, publica um relatório

de “livros inadequados”. Sob o comando do diretor Sérgio Camargo, ávido por polêmicas conservadoras para se manter sob os holofotes do bolsonarismo, a fundação indicou que 54% dos seus títulos (totalizando cerca de 5 mil) violam sua missão.

É o próprio Camargo quem abre o documento, e registra: “Todas as pessoas de bem ficarão chocadas ao descobrir que uma Instituição mantida com o dinheiro dos impostos, sob o pretexto de defender o negro, abriga, protege e louva um conjunto de obras pautadas pela revolução sexual, pela sexualização de crianças, pela bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha”.

A historiadora Maria Luíza Tucci, da USP, relata que acompanhou o caso com in-

dignação. “Chamo atenção para o perigo que representa instituições públicas, detentoras de memória, violentarem nossos direitos”, pondera. Para Tucci, que é autora do livro *Minorias Silenciadas*, história da censura no Brasil (2002), o discurso de defesa de uma missão focada na cultura negra é pretexto para extirpar aquilo que se supõe perigoso. “Eu não preciso de uma instituição me dizendo o que é imoral. O que precisamos é de uma educação que permita que os indivíduos definam essa linha da moralidade.”

É curioso notar o discurso autorreferencial do relatório. “Não houve julgamentos subjetivos na triagem. Foram aplicados critérios rigorosamente técnicos e legais, os quais conduziram à identificação e separação do material inadequado.” É possível,

todavia, ter um critério puramente técnico que categorize aquilo que é inadequado? Ou aquilo que viole uma pretensa moral de cidadão de bem? Percebemos que as palavras são usadas sempre a partir do discurso vigente. Um comunista pode ser de Fernando Henrique Cardoso ao dono de um banco, uma vez que o termo se converte em inimigo em face – adaptável a tudo e a todos.

O relatório faz questão de apontar que nenhum livro será efetivamente destruído – ainda que a palavra “descartados” tenha sido mencionada. Afinal, são bens patrimoniados e a administração seria passível de processo. As fogueiras, percebemos, não precisam ser literais. Nesse sentido, para Cristiano Engelke, sociólogo da Universidade Federal do Rio Grande e coordenador

da Comissão da Verdade da Aprofundamento-Setor Sindical do ANDES-SN, o ato deve ser repudiado por toda a sociedade. “Parece ser mais um, entre tantos sinais, de ameaças à nossa tão frágil democracia e à nossa liberdade.”

O pesquisador relembra dois casos paradigmáticos, que dizem muito sobre os tempos que vivemos. O primeiro ocorreu em 2018, quando um colégio particular do Rio de Janeiro vetou o livro *Menino sem Pátria*, de Luiz Puntel - um dos clássicos da Série Vagalume - por “doutrinação comunista”. A história lançada há mais de três décadas acompanhava um menino cuja família, perseguida pela ditadura Vargas, precisou deixar o país. O pecado do livro, ao que parece, foi atestar a história: a ditadura existiu e foi cruel.

Já o segundo ocorreu ainda em junho deste ano, quando os pais de um tradicional colégio de São Paulo denunciaram a leitura de uma adaptação em inglês de *O Diário de Anne Frank* como conteúdo “inapropriado” para a leitura de alunos de 13 e 14 anos. A obra contém a íntegra de trechos que haviam sido censurados até 1991, em que a menina - que viveu por dois anos escondida dos nazistas até se tornar vítima do holocausto - escreve sobre sua genitália. No documento, pais horrorizam-se com o fato de crianças terem sido obrigadas a ler a palavra “vagina”.

Mesmo tabu perpassa todo o relatório da Fundação Palmares. A obra *Pedagogia da Educação Sexual*, de Claude Lejeune, é adjetivada como “francamente delinquential”. Desta vez, o pecado é explicitado em fotos de trechos do livro, para supostamente não deixar margem para equívocos:

convidar os pais a falarem com naturalidade com seus filhos de quatro ou cinco anos - quando surgem as dúvidas sobre de onde nascem os bebês e assim por diante - as palavras pênis e vagina. O livro argumenta sobre os males para uma criança crescer entendendo que aquele tema é um tabu.

Os apoiadores do relatório da Palmares se viram no espelho.

### Sociedade da censura

Os casos lembrados por Cristiano Engelke são exemplos de um processo intrínseco à censura: uma retroalimentação entre os poderes públicos e a sociedade civil que o apoia. Foram pais, conservadores, cristãos, que se mobilizaram para apontar livros como “indesejáveis”.

Também foi a partir da articulação de grupos que denúncias contra o livro infantil *Enquanto o sono não vem*, de José Mauro Brandt, levaram o Ministério da Educação a recolher, em 2017, mais de 93 mil exemplares da obra que haviam sido distribuídos para alunos de primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Fundamental das escolas públicas. A versão do conto de fadas *Pele de Asno*, em que uma princesa prefere morrer a se casar com o próprio pai, foi entendida pelos reclamantes como “apologia ao incesto”.

O mesmo acontecia durante a ditadura civil-militar. Muitas vezes, a denúncia que mobilizava a recolha dos

**"A censura em nome da moral e bons costumes é uma tentativa de higienizar ideias"**  
- Maria L. Tucci

livros partia de indivíduos que, fazendo-se valer das conexões pessoais, fazia a acusação chegar nas instâncias que efetivavam a censura.

Ao mesmo tempo, é o próprio governo ao reforçar um discurso censório que estimula o povo a repetir suas ações. Marca dos governos anti-democráticos, a censura foi prática de estado em governos fascistas. Para Maria Luiza Tucci, o que vemos hoje no Brasil é um lastro do fascismo histórico. “Uma censura em nome da moral e bons costumes, uma tentativa de higienizar ideias e que pressupõe controle dos corpos, estimula nas pessoas o medo. Gera uma tentativa de disciplinarização da sociedade brasileira.”

### Literatura sem partido?

Ainda no relatório da Palmares, encontramos o repúdio a textos considerados ideológicos e partidários, ao mesmo tempo em que há o desejo de incorporar ao acervo obras de “importantes pensadores negros contemporâneos”, todos nomes de economistas liberais e que minimizam a questão racial.

Na discussão, encontramos os ecos de um outro projeto de cerceamento cultural e educacional: o *Escola Sem Partido*. Movimento político que nunca foi oficialmente estabelecido, há anos coopta apoiadores para a ideia de que escolas

e universidades são antros de doutrinação. Defendem, portanto, uma educação que não seja “ideológica”, sendo esta ideologia nominalmente a de Esquerda.

Engelke reforça que é impossível pensar em uma escola ou mesmo em uma literatura sem partido. O conhecimento mobiliza sentidos, ideias, não existe descolado do mundo e nem da pessoa. Mais do que uma miopia sobre o que é ou não ideológico, há a incitação para a denúncia. “Quem nos últimos anos não se viu vigiado em sala de aula? Não pode haver a preocupação de se eu devo ou não falar em Marx. É preciso preservar a liberdade de cátedra e de pensamento dos professores.”

Para Tucci, a imprensa tem justamente o papel de supervisionar as ações de censura. “Temos que estar atentos a essas novas lógicas de controle por um estado que maquia um falso discurso de democracia”, reflete. E finaliza: “os estudiosos do holocausto costumam dizer que a partir do momento em que se queimam livros, queimam-se homens, mulheres e crianças. Nós temos o direito de estranhamento, à resistência e, inclusive, o direito de desobedecer posturas como essas”.



Capa de livro denunciada no relatório como pornográfica

# Perseguição Universitária

## Docentes e estudantes da UECE são intimados a depor sob a acusação de "antifascismo"

No dia 9 de junho, cinco estudantes e quatro professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) foram intimados pela Polícia Federal (PF) a prestar depoimento sob a acusação de "antifascismo". A situação foi exposta no Twitter pelos docentes, após receberem as notificações para dirigirem-se à delegacia no início da próxima semana.

Entre os ouvidos pela PF e que expuseram a situação nas redes sociais, está o professor de Filosofia, Francisco Luciano Teixeira Filho. Ele revela que as convocações são referentes à participação dos educadores em ações antifascistas dentro da UECE em novembro de 2018.

A denúncia ao Ministério Público Federal foi realizada em 2018, quando três estudantes membros de grupos de estudos cristãos da Universidade denunciaram colegas e docentes por supostamente pertencerem ao grupo intitulado "Ação Antifascista-Uece-CH-Fortaleza". Conforme afirmam, eles eram ameaçados por não apoiarem o então candidato do PT à presidência, Fernando Haddad.

Naquele momento, os denunciantes pegaram alguns elementos como, por exemplo, postagens no Facebook, foto de perfil com o filtro do Antifa e até mesmo falas durante uma aula pública, atribuindo a eles uma suposta organização de polícia ideológica anti-fascista, que perseguia cristãos.

A investigação atual, de

acordo com Luciano, é referente ao pedido de informações do Ministério Público Federal (MPF) daquele ano. "Nós demos essas informações e a Procuradoria não encontrou absolutamente nada que pudesse caracterizar crime, mas ela negou que tivesse competência para atuar sobre supostos crimes eleitorais que eles também nos acusam. Então, enviou para o Ministério Público (MP) estadual a acusação de crime eleitoral. É por isso que nós estamos sendo ouvidos."

A acusação, para Luciano, é descabida porque a organização não existe. "Infelizmente, não existe uma organização anti-fascista entre nós, do curso de Filosofia da UECE. Nós somos até bem desarticulados. Somos todos anti-fascistas, evidentemente, até porque a Constituição Brasileira nos obriga a isso, mas bem desarticulados", brinca.

Ele aponta que a denúncia é "um mero amontoado de factóides", que não cita ninguém. Inclusive, em depoimento, um dos alunos, ao ser questionado se havia sido coagido por algum professor, negou. "Isso não existiu. Nós sequer falamos disso. Eu nunca fiz campanha, pelo contrário. Eu sou crítico. Eu fui petista durante a adolescência até o início da fase adulta, mas depois que eu entrei na graduação, tive acesso a novas ideias e deixei de ser. Eu sou crítico do governo do PT, mas o que eu não posso aceitar - e

isso é uma convicção - é o fascismo. Fascismo de forma alguma".

"A Constituição Brasileira é muito clara. A lei brasileira é muito clara e ela é anti-fascista. Ela obviamente não é declaradamente anti-fascista, mas tudo que é princípio constitucional brasileiro, princípio legal brasileira, é anti-fascista, então eu tenho que ser também", salienta.

### Perseguições

Segundo Luciano, a situação integra uma narrativa que iniciou em 2018 e vem se consolidando nos últimos tempos para intimidar. O docente lembra que nesse ano, no qual Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República, foi marcado por uma grande quantidade de ações do MP e da Polícia Federal nas universidades federais. "Lá na UECE, nós fomos visitados pela polícia e pelo Tribunal Regional Eleitoral do nosso estado e não encontraram absolutamente nada."

O professor também ressalta que foi um período tenso, de muita ameaça e intimidação. "Nós estávamos em um clima terrível aqui em Fortaleza. Um dos nossos professores recebeu ameaça com faca dentro do campus universitário porque reprovoou um aluno. Esse aluno esmurrou a parede, saiu da sala de aula e puxou uma faca. Nós ficamos desesperados na época. Nós tivemos alunas lésbicas que foram espancadas em uma praça que reúne a juventude das uni-

versidades federal e estadual. Elas foram agredidas por grupos neonazistas do Ceará. Tivemos ameaças em fóruns da internet".

### Liberdade de cátedra

De acordo com o docente, o processo é nitidamente intimidatório, cuja tentativa não é gerar resultados judiciais, mas silenciar - o que não irá comprometer sua rotina de professor. "Enquanto eu tiver condições vou dar aula e o tema do fascismo vai voltar, a minha crítica à cultura vai voltar e a crítica, inclusive, ao governo vai voltar. A minha liberdade de dar aula, liberdade de ideias, de ter tese, de ter condições de pensar a sociedade brasileira não vai mudar em absoluto".

Francisco enfatiza que a docência não pode ser reduzida à leitura de um manual, pois dela faz parte a liberdade de cátedra. Junto a isso, faz uma crítica ao projeto Escola Sem Partido: "A escola é um lugar de partido. Não de partido político, mas de ideias, de tomar partido. A escola é esse lugar, a universidade é esse lugar e isso não pode mudar porque senão você emburrece todo o processo, torna o processo sem pensamento, vira mecânico. E a única coisa que não se pode aceitar é isso. (...) Os professores têm que ter essa consciência de que a função social deles é ter ideias, não é ficar em silêncio".



# Projeto acompanha saúde física e mental de gaúchos



Créditos: Divulgação

Você se sente tenso ou magoado com frequência? Quem sabe tenha dificuldade em sentir prazer com atividades que antes lhe preenchiam? E a memória, como anda? Ou as dores nas costas? Com quase um ano e meio convivendo com a pandemia do COVID-19, e com todos os seus desdobramentos, sentir-se mal não seria uma surpresa.

Apesar da vacinação em andamento, o Brasil ainda amarga mais de 1600 mortos todos os dias, que se somam à conta do meio milhão de óbitos motivados pela doença e pelo descaso dos poderes públicos – entre eles, certamente alguns de nossos amigos e familiares. Crises econômicas e ataques políticos a direitos constituídos dos trabalhadores geram um clima geral de instabilidade, enquanto o distanciamento social recomendado nos deixa mais tempo em frente às telas e sedentários. A sensa-

ção de mal-estar, portanto, é compartilhada.

Ainda assim, é preciso ir além das impressões para poder quantificar em dados a evolução da saúde física e mental da população gaúcha durante a pandemia. É com este objetivo que foi criado o Coorte Pampa, uma iniciativa do Grupo de Estudos em Epidemiologia da Atividade Física (GEEAF) em conjunto com o NeuroLab-fex da UFPel.

Coorte é um tipo de estudo longitudinal observacional, que acompanha um grupo durante determinado tempo. Já o restante é uma sigla construída em inglês. "PAMPA" vem de Prospective Study About Mental and Physical Health. Ainda que o início do projeto tenha sido no período pandêmico, a proposta é con-

tinuar mesmo depois.

A equipe responsável é coordenada pelos pesquisadores Natan Feter e Eduardo Caputo. Em entrevista ao podcast *Viração*, da ADUFPel, eles relatam que o estudo

**"O Brasil é o país mais ansioso do mundo e isso nunca mereceu manchete", argumenta Natan Feter.**

surgiu pouco depois do início da pandemia e já está em sua terceira coleta. A meta é ter pelo menos 1800 pessoas respondendo em cada uma dessas etapas. Formas de contato são solicitadas ao final das cerca de 70 perguntas para que o respondente possa ser convidado a participar dos momentos seguintes do estudo.

Entre os primeiros dados comparativos que já puderam ser observados, há uma prevalência de quadros depressivos, de ansiedade e

perda de memória, além de dores lombares em relação a 2019. Natan, entretanto, não acredita que a solução para a diminuição do sofrimento mental esteja na flexibilização da quarentena.

"O Brasil é o país mais ansioso do mundo, segundo os dados da OMS, e o Rio Grande do Sul lidera em casos de depressão. Isso nunca mereceu manchete, muito por conta do estigma que acompanha as doenças mentais como algo menor", relembra. "Entretanto, o que mais se fala agora para justificar saidinhas ou o fim das políticas de isolamento é em saúde mental".

Para o pesquisador, é apenas com a vacinação de todos e todas, e com respeito à ciência que esse quadro tende e melhorar. A expectativa é que saúde mental torne-se um quadro a ser levado a sério, mesmo após a pandemia.

Conheça mais sobre o projeto clicando [aqui](#).

# Senado adia novamente votação do PL 5595

A pressão pela não aprovação do Projeto de Lei 5595/2020, que classifica educação como serviço essencial durante emergências e calamidades públicas, tem garantido resultados e levou a votação no Senado ser adiada novamente desde que foi recebida pela Câmara em abril deste ano. Esta foi a terceira vez que o projeto entrou na pauta do Plenário e foi postergado.

A nova apreciação deveria ter acontecido a partir do dia 10 de junho, quando foi novamente incluída na agenda de votações da Casa. Porém, o senador Marcos do Val (Podemos-ES), apresentou um novo parecer em que estabelece a vacinação de professores como condição obrigatória para a reabertura das salas de aula.

O texto, de autoria das deputadas federais Paula Belmonte (CIDADANIA/DF) e Adriana Ventura (NOVO/SP), determina condições para re-

torno das aulas presenciais nas redes pública e privada de ensino durante a pandemia de Covid-19.

Em um país como o Brasil, que ultrapassa 500 mil mortes enquanto a vacinação caminha a passos lentos, o PL ignora a ciência, expõe a comunidade acadêmica ao vírus, contribui para o enfraquecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) - atualmente sobrecarregado - e dificulta a execução de um processo de imunização massiva da população.

## Contra o PL

Desde que o projeto foi pautado, o ANDES-SN e demais entidades do setor da educação têm mobilizado as suas bases para pressionar os parlamentares a votarem contra a proposta. Mesmo adiado, segue a orientação para que a categoria e a sociedade continuem enviando mensagem aos senadores e às senadoras

para que derrubem o projeto.

Desde maio deste ano, manifestações tomaram as ruas contra o governo Bolsonaro e Mourão e em defesa da vida. Nelas, uma das principais pautas foi o PL 5595. Sindicatos e movimentos sociais integraram uma frente de mobilização, tanto em atos pelas ruas quanto virtual.

A pressão online para que os senadores rejeitem a proposta foi incentivada pelas centrais sindicais e, localmente, deliberada na Assembleia Geral da ADUFPel. A plataforma “Educação Faz Pressão” foi uma das utilizadas para facilitar o contato da população com os parlamentares. Ao se conectar ao endereço, o internauta acessa e-mails e endereços de redes sociais de todos os senadores, com o objetivo de reivindicar a rejeição do PL. Além disso, foram realizados tuitos nos dois dias de luta (29M e 19J).

## Riscos do PL

Segundo o ANDES-SN, o PL fere também a autonomia universitária, prevista na Constituição Federal, que assegura às instituições decidir sobre o funcionamento das instituições de ensino superior. Outro entrave para o retorno presencial em meio à pandemia é o corte orçamentário imposto às instituições federais de ensino, que terão dificuldade em garantir as condições de segurança sanitária necessárias para a realização de atividades presenciais.

“Defendemos a vida e o retorno às atividades presenciais somente com segurança sanitária, a qual não está garantida nesse momento. Dizemos não a esse projeto genocida de querer o retorno às atividades presenciais em um momento grave da pandemia”, reforça a presidente do Sindicato Nacional, Rivânia Moura.

## #3J mostra força da pressão popular



VEJA A GALERIA

Crédito: Divulgação

Após as mobilizações do dia 19 de junho, o povo voltou às ruas no sábado, 3 de julho, para reivindicar vacina no braço, comida no prato e a queda do governo genocida de Bolsonaro e Mourão.

A ADUFPel esteve presente mais uma vez, reforçando o coro da população e em defesa pela educação gratuita e de qualidade e pelo fim dos ataques ao funcionalismo público.

Pelo menos 362 atos programados foram realizados pelo país e tiveram como organizadores movimentos sociais, centrais sindicais e entidades estudantis. Novas datas já vem sendo articuladas para manter acesa a indignação do povo.